

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufjr.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ



Lição da Greve

Três visões do movimento

As forças políticas que atuam de forma organizada nas lutas dos técnicos-administrativos da UFRJ apresentam, nas páginas seguintes deste encarte especial, suas avaliações sobre a greve iniciada em 30 de maio e encerrada em 10 de setembro

PLENÁRIA NACIONAL
Nos dias 5 e 6 de outubro, a Fasubra realiza plenária nacional em Brasília. Na pauta: avaliação da greve, análise da conjuntura e discussão do XI Confasubra. Mas estes pontos serão tratados no segundo dia. O primeiro dia do encontro será dedicado a uma palestra sobre o modelo das fundações estatais de direito privado, como nívelamento para o seminário nacional sobre o tema previsto para 24 e 25 de outubro.

Muito da nova tabela que traz, em mais aumento de 5,37% a 20,07%, o plano de acordo assinado com o governo no dia 1 de setembro como resultado da nossa greve contém o comprometimento do governo em garantir a tabela e a instituição de mecanismos de controle e reestruturação da UFRJ. O governo também se comprometeu a garantir a manutenção da qualificação profissional e a garantir a permanência de incentivos à qualificação profissional e a garantir a permanência de incentivos à qualificação profissional e a garantir a permanência de incentivos à qualificação profissional.

A luta geral

Muito das reivindicações específicas, a greve foi motivada também por questões que dizem respeito ao respeito do trabalhador ao serviço público.

PLP-01 - A discussão do leilão de despesa que compõe o aumento do salário por 10 anos está parada. Com a negociação com a CUT, o movimento conseguiu abrir diálogo. O reitor admitiu ajustes e mudanças no PNC. Não se sabe exatamente qual, mas, segundo a Fasubra, comparando-se com o discurso anterior de que não havia diálogo, pode-se considerar uma avanço. A Fasubra continua com a mesma posição: é contra qualquer limitador.

Lei de greve - Também será objeto de negociação. O texto está na mesa na atual negociação da qual a Fasubra participou junto com outras onze entidades.

Fundação estatal - A Fasubra está em debate com o MEC. O ministério se prontificou a negociar uma comissão nacional, em outubro, em data ainda a ser confirmada, no qual a Federação irá conter todos os membros: Ministério da Saúde, Federação, Associação Brasileira dos Hospitais Universitários, UFRJ e Análise.

ESPECIAL – 100 DIAS DE LUTA

Assembléia Geral avalia a greve

■ Nesta quinta, dia 27, às 13h, no auditório do CT, a categoria vai fazer a avaliação da greve, com a presença da direção da Fasubra. A assembléia também vai eleger os delegados para a Plenária Nacional da Fasubra nos dias 5 e 6 de outubro.

TRÊS LEITURAS POLÍTICAS

■ Com o objetivo de enriquecer o debate, o Jornal do SINTUFRJ publica análises de balanço sobre o movimento elaboradas por integrantes das três forças organizadas que disputam influência, com suas posições,

na categoria. PÁGINAS 3, 4, 5 E 6

Sob fogo cruzado

A diretoria do SINTUFRJ se reúne nesta segunda-feira, dia 24, para discutir e firmar posição sobre o anteprojeto de mudanças para a UFRJ elaborado pela Reitoria. A universidade viveu na semana mais uma maratona de debates sobre o assunto. O ponto alto foi a audiência pública realizada no IFCS, na qual o reitor foi duramente questionado sobre suas propostas. PÁGINAS 3 E 7



NA LINHA DE TIRO. O salão nobre do IFCS ficou superlotado para a audiência pública que discutiu o anteprojeto



Plebiscito: Vale do Rio Doce

Atos em quatro capitais marcarão a entrega do resultado do plebiscito popular nacional que apontou para a anulação do leilão que privatizou a Companhia Vale do Rio Doce. As manifestações vão ocorrer nesta terça-feira, dia 25, quando o documento será entregue a representantes dos três poderes da República. No Rio, o ato será às 11h, na porta do escritório da Vale, ao lado do prédio do MEC, na Av. Graça Aranha. PÁGINA 8

Sindicato vai se posicionar sobre proposta da Reitoria

Nesta segunda-feira, 24, a diretoria do SINTUFRJ se reúne e toma posição em relação às propostas da Reitoria para reestruturação e expansão da Universidade. Documento do GT-Educação da entidade vai subsidiar a discussão dos dirigentes.

O anteprojeto da Reitoria, pela análise do GT-Educação, é débil em relação aos interesses da categoria em alguns pontos, como o que trata das diretrizes do plano de ampliação do quadro de técnicos-administrativos e docentes da Universidade.

Capacitação e qualificação

Consta apenas do anteprojeto da Reitoria para o Reuni que "...os critérios para a alocação de novos servidores técnico-administrativos serão de-

finidos após a implantação do banco de servidor técnico-administrativo equivalente". De acordo com o GT-Educação, esta proposta foi apresentada visando ao dimensionamento de técnicos-administrativos previsto no Plano de Carreira, o que possibilita a reestruturação do atual quadro de vagas não ocupadas e a constituição de um banco por classe.

O GT-Educação também critica a inexistência no projeto da Reitoria de uma política de capacitação e qualificação dos técnicos-administrativos. Aponta a necessidade de um debate sobre a reposição do quadro de funcionários das Classes de A a E, com a perspectiva de pôr fim à terceirização na Universidade, e ainda de um levantamento dos cargos hoje em extinção, mas necessários ao funcionamento da instituição, como vigilante, motorista, cozinheiro e pessoal de infraestrutura.

Estudo do GT-Educação aponta omissão na proposta

Na avaliação do GT-Educação do SINTUFRJ, o projeto é ainda omissivo em outros itens relacionados ao conjunto dos trabalhadores da Universidade. Como forma de superar essas deficiências, é proposto que sejam levados em consideração alguns elementos saídos das discussões da jornada de debates organizada pela Reitoria em torno do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Entre estes elementos, podem ser citados os se-

guintes: eliminação de preconceitos e de atitudes que subestimam os diversos níveis de saberes dos servidores docentes e técnicos-administrativos, na busca de uma maior integração e construção coletiva; valorização dos profissionais; criação de Conselho de Administração; levantamento das necessidades institucionais com vista ao dimensionamento de pessoal vinculado às metas acadêmicas e administrativas (dimensionamento); política de disponibilidade (readaptação

em outros setores da própria unidade, aprovação no colegiado com justificativa); criação da Escola de Formação do Servidor voltada para elaboração, planejamento e execução do programa de capacitação e qualificação dos servidores da UFRJ (técnicos-administrativos e docentes); e adoção de uma política de estímulo à coordenação e planejamento de projetos de pesquisa ao técnico-administrativo com nível superior.

Alta temperatura no IFCS

O salão nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) ficou pequeno para a primeira audiência pública programada para debater o anteprojeto da Reitoria. A proposta, chamada de "Universidade Necessária", que vem sendo discutida na UFRJ, ganhou acalorada discussão com a presença maciça de estudantes. Foi ínfima a participação dos professores presentes — exceção dos que integram o estafe do reitor.

O reitor Aloísio Teixeira expôs a proposta no debate que atravessou a tarde de quarta, 19. Nesta audiência uma coisa ficou clara: a comunidade universitária está dividida e com dúvidas. Uma delas, por exemplo, se refere à questão de como a Reitoria irá viabilizar cursos noturnos e uma possível transferência para o campus do Fundão diante da precariedade dos serviços de transporte e segurança, por exemplo.

Proposta de plebiscito

O Reuni — Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, um decreto do governo — foi alvo das críticas estudantis. Parte do estudantes afirma que a proposta da Reito-

ria é uma adequação ao Reuni e que não a aceitará como está. Estes estudantes defenderam na audiência um plebiscito sobre a proposta da Reitoria na universidade. Na defesa de seu projeto, Aloísio e equipe afirmam que a proposta é de mudanças para romper as barreiras do conservadorismo e da exclusão, como também para combater os feudos e o elitismo, alimentados pela fragmentação estrutural: "A nossa proposta vai muito além do Reuni".

A representante da Associação dos Pós-Graduandos (APG) afirmou que os pressupostos do Reuni significam a precarização e a regressão da estrutura universitária.

Sobre as críticas em relação à falta de garantias do governo sobre o orçamento prometido e atrelado aos parâmetros governamentais, a pró-reitora de Extensão, Laura Tavares, afirmou que a luta é por orçamento público para a UFRJ e pela primeira vez vinculado à graduação. E atacou: "Com ou sem Reuni, quais são as propostas daqueles que são contrários à universalização, à democratização dentro da universidade e à ampliação do acesso?"



Foto: Niko Júnior

SALÃO LOTADO. Audiência pública discute propostas

IFCS dividido

A vice-diretora do IFCS, Gláucia Villas Boas, disse que não há consenso na Congregação sobre o projeto da Reitoria e que há duas posições no instituto sobre a mudança para o Fundão. Uma que defende a permanência do prédio do IFCS como sede no centro da cidade; outra de que se deva valorizar o prédio atual e elaborar uma edificação de um prédio arquitetônico para o instituto no Fundão.

Funcionários questionam

O coordenador de Políticas Sociais do SINTUFRJ, Paulo Ubirajara, o Paulinho, que é técnico-administrativo do IFCS há muitos anos, fez alguns questionamentos ao reitor. Perguntou sobre o comprometimento da autonomia universitária, propostas para resolução da terceirização e a definição de uma política de cotas na UFRJ. Ele aproveitou a oportunidade e denunciou a demissão de um grande número de funcionários terceirizados e a construção de um prédio com quatro andares reservados para a Faculdade de Letras na Avenida Chile.

Leonardo Morgan, técnico-administrativo do Instituto de Psicologia, fez um discurso incisivo contra a transferência das unidades da Praia Vermelha para o Fundão

EDUCAÇÃO — O diretor da Faculdade de Educação, Renato José de Oliveira, leu nota pública da comunidade aprovada em assembleia dia 23 de agosto. A comunidade da faculdade está muito preocupada com o debate sobre o Reuni, por isso mesmo requer discussão mais profunda e sistemática.

LIÇÕES DA GREVE

Até o fechamento desta edição, a Fasubra ainda não tinha divulgado nos seus informes nacionais a posição da assembléia da categoria na UFRJ que rejeitou acordo firmado com o governo.



Três visões do movimento

As forças políticas que atuam de forma organizada nas lutas dos técnicos-administrativos da UFRJ apresentam, nas páginas seguintes deste encarte especial, suas avaliações sobre a greve iniciada em 30 de maio e encerrada em 10 de setembro

PLENÁRIA NACIONAL

Nos dias 5 e 6 de outubro, a Fasubra realiza plenária nacional em Brasília. Na pauta: avaliação da greve, análise da conjuntura e discussão do XX Confasubra. Mas estes pontos serão tratados no segundo dia. O primeiro dia do encontro será dedicado a uma palestra sobre o modelo das fundações estatais de direito privado, como nivelamento para o seminário nacional sobre o tema previsto para 24 e 25 de outubro.

Além da nova tabela que traz, em maio, aumentos de 5,37% a 20,07%, o termo de acordo assinado com o governo no dia 3 de setembro como resultado da nossa greve contém o compromisso de que o governo encaminhará à Casa Civil instrumento que contemple a reestruturação da tabela e a instituição de instrumento legal para não-absorção do VBC. O governo também se comprometeu a retomar as discussões sobre racionalização em outubro e o debate sobre os percentuais de incentivo à qualificação. E que haveria novo prazo para adesão à Carreira, sem efeitos retroativos.

A luta geral

Além das reivindicações específicas, a greve foi motivada também por questões que dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores do serviço público:

PLP-01 – A discussão do limitador de despesas que congela aumento dos servidores por 10 anos está parada. Com a negocia-

ção com a CUT, o movimento conseguiu abrir diálogo. O relator do projeto abriu diálogo com o movimento social e sindicatos e admite ajustes e mudanças no PAC. Não se sabe exatamente quais, mas, segundo a Fasubra, comparando-se com o discurso anterior de que não havia discussão, pode-se considerar um avanço. A Fasubra continua com a mesma posição: é contra qualquer limitador.

Lei de greve – Também será objeto de negociação. O tema está na mesa nacional de negociação da qual a Fasubra participa junto com outras onze entidades.

Fundações estatais – A Fasubra está em debate com o MEC. O ministério se prontificou à negociação num seminário nacional, em outubro, em data ainda a ser confirmada, no qual a Federação irá ouvir todos os envolvidos: Ministério da Saúde, Educação, Associação Brasileira dos Hospitais Universitários (Abrauhe) e Andifes.

Greve 2007 – maioria do Sindicato jogou contra



Nossa greve teve algumas situações que devem servir para que pensemos como anda o nosso movimento em nível nacional, principalmente aqui na UFRJ

O INÍCIO...

O momento em que nossa greve se iniciou foi bastante conturbado: o governo vinha com muita força com a Lei Antigreve, apresentava também Projeto de transformação dos Hospitais Universitários em Fundação Pública de Direito Privado e não apresentava nenhuma perspectiva para nossa carreira. Apesar de todas essas motivações a mobilização da categoria na UFRJ não era intensa.

A falta de expectativa de vitória e com a maioria da direção de nosso sindicato aliado ao governo era difícil de acreditar que uma greve pudesse ser vitoriosa, pois a categoria não é boba.

Mas para a surpresa de muitos, justamente os setores que sempre puxam o freio de mão na hora da luta estavam chamando para a greve... Algo estava acontecendo, e estava mesmo. Naquele mesmo momento o governo ameaçava diminuir os repasses do FAT para as centrais e a CUT era a principal atingida, e era preciso responder a isso. Aliado a isso, começaram a surgir com intensidade questionamentos sobre o comportamento dócil que os setores que defendem a CUT têm com o governo, movimentos alternativos que aumentam sua participação na cena política e cada vez mais sindicatos se distanciam da Central Única dos Trabalhadores.

Aí está a explicação para

tanta combatividade desses setores que estão sempre defendendo o governo Lula. Aqui na UFRJ esses setores se apresentam como CSD e Tribo.

O MEIO...

Apesar deste cenário nada animador, a categoria entra em greve. As assembleias cheias e animadas davam um tom de que poderia se reverter o quadro.

O Jornal do SINTUFRJ estampava nas capas os eixos da luta: Não ao congelamento de salários; 3 salários mínimos de piso e step de 5%; Não à Lei Antigreve; Contra reformas que retirem direitos; Contra a privatização dos HUs.

Este início promissor permitiu uma bela campanha contra a política de Fundação Privada nos HUs, o abaixo-assinado elaborado pela Fasubra foi bastante divulgado e obteve um bom número de assinaturas, a Lei Antigreve, mote central da CUT, também foi bastante combatida no início, como o governo foi, por diversos motivos, dentre eles a resistência dos trabalhadores, deixando suas propostas em segundo plano, a questão da Carreira viria a tomar corpo e se tornar o eixo principal da greve.

É importante ressaltar que a Fasubra já havia apresentado sua pauta e aguardava uma resposta do Governo. Os eixos que a Fasubra apresentou no início da greve ao governo foram:

1 - APRIMORAMENTO DA CARREIRA

Recursos para Reestruturação da Tabela: Parâmetros da Plenária de dezembro de 2005, Aprimoramento da Carreira: Resolução do VBC, Evolução da tabela, Racionalização, Alteração do Anexo IV (percentual de incentivo à qualificação).

2 - RECURSOS PARA O PLANO DE SAÚDE SUPLEMENTAR.

3 - EM DEFESA DOS HUs: CONTRA O MODELO DE FUNDAÇÃO ESTATAL.

Reparem que é bem diferente do que o Jornal do SINTUFRJ publicou em suas edições de início da greve. Essa seria a tônica da greve aqui, uma disputa o tempo todo com a Fasubra, e por quê?

Porque na plenária da Fasubra de dezembro de 2005 esses setores da maioria da direção do sindicato, CSD e Tribo, foram derrotados, a plenária aprovou mudanças na carreira que permitiriam corrigir as distorções criadas e defendidas por esses mesmos setores. Quando a carreira foi implantada, cerca de 1/3 da categoria, é isso mesmo, um terço da categoria ficou com salário congelado e esses setores defenderam isso. Essa parte da história é importante para entender o porquê dessa situação de conflito entre a maioria da direção do SINTUFRJ e a Fasubra.

Quando a Fasubra apre-

senta como reivindicação da necessidade de recursos para reestruturação da tabela é no sentido de corrigir as distorções geradas pelo início da carreira que CSD e Tribo defenderam.

Ao invés de trabalharem na perspectiva de buscar ganhos para a categoria, jogaram toda a energia para enfrentar a Fasubra. Resultado, as assembleias foram ficando cada vez mais esvaziadas, pois não se via perspectiva de ganho e o Comando Local de Greve não passava segurança para a categoria.

Só depois de 80 dias de greve o governo apresentou uma contraproposta à Fasubra, e esta, a partir de uma avaliação do momento que a greve atravessava, optou por tentar arrancar algo que melhorasse a tabela e possibilitasse à categoria ter algum ganho real.

Enquanto isso, nas nossas assembleias CSD e Tribo se preocupavam em atacar o Comando Nacional de Greve e a Fasubra. As críticas variavam entre vários aspectos, porém os que mais se destacaram foram as críticas ao chamado "nível superior", desqualificação desses trabalhadores e até ameaças, foram algumas das marcas das nossas assembleias. Um clima lamentável de disputa entre as classes da nossa categoria.

Na reta final, mesmo entendendo que a disposição das assembleias já não era a

mesma do início da greve, a CSD e a Tribo não enxergavam que não havia mais força suficiente e nem tempo necessário para se mudar o rumo da entidade nacional na mesa de negociação. O fato de, lamentavelmente, as negociações terem começado erradas, com a Fasubra apresentando proposta baseada em interpretação do texto aprovado na plenária de maio, após 80 dias de greve era absolutamente necessário que se começasse a avaliar a forma de sair da greve. Com o fechamento do prazo da proposta orçamentária para 2008, não havia mais muito o que se discutir, sob pena de a categoria nada assegurar para o ano que vem. Diante de um governo dito dos trabalhadores, o descalo nos primeiros 70 dias era de irritar qualquer categoria. Apesar disso, os índices de reajustes já divulgados, recursos para o plano de saúde suplementar e as convocações para reuniões da Comissão Nacional de Supervisão, que possibilitarão resolver questões da carreira, inclusive para integração dos servidores que ainda estão no PUCRCE e, especialmente, a manutenção da paridade/igualdade de tratamento entre ativos e aposentados, são conquistas da greve. Não há que se fazer avaliação ufanista: não há vitória retumbante. Mas não será justo apresentar só críticas e avaliação derrotista.

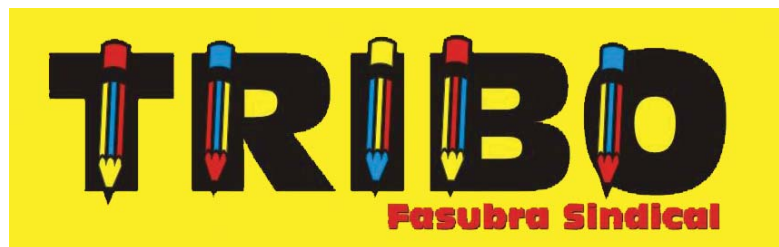
Foto: Divulgação



CNG DIANTE DA MASSA, EM BRASÍLIA. Caravaneiros concentram-se para manifestação em defesa da carreira, dos HUs e contra o PL 01/2007

O EIXO DA NOSSA GREVE

Entramos em greve com o seguinte eixo específico aprovado pela FASUBRA:



HISTÓRICO DA GREVE

Durante o início das negociações de greve na 1ª reunião do CNG/FASUBRA com o governo, quando da mudança do Secretário Sérgio Mendonça pelo Sr. Duvanier houve espanto do governo quando na mesa, apresentou-se a tática da quebra da linearidade com a possibilidade de aumentos diferenciados entre as classes de acordo com decisão de plenária.

No nosso entender este passo criou para o Governo as condições de trabalhar a lógica da quebra da concepção da carreira devidamente avaliado pela Direção Nacional, que em nenhum momento considerou qualquer proposta enviada pelos CLGs discordantes (UFRJ, PELOTAS, UFMG, BAHIA, VIÇOSA, RIO GRANDE, UNIFESP) e outras que vieram a aderir posteriormente, insistindo que a decisão tomada em plenária de maio/2007 apresentava a quebra da linearidade como tática de negociação.

Também discordamos da posição criada pelas lideranças das forças políticas que compõem a DN-FASUBRA, que se colocaram como instância de deliberação sem permitir qualquer manifestação contrária à mesma.

Com isto, o Governo, ao longo da greve, apresentou sempre propostas que não atendiam ao objetivo central de nosso eixo, considerando inclusive que o CNG/FASUBRA na sua composição das Forças (REAFIRMAR A LUTA E VAMOS A LUTA) se deteve à discussão também equivocada que a plenária de MAIO/2007 tinha autorizado tal medida, o que acabou levando a algumas bases (UFRJ, UFMG, PELOTAS, VIÇOSA, BAHIA) com adesão de outras posteriormente a cobrar coerência do CNG na condução dos rumos do Movimento, que em nenhum momento, no nosso modo de entender, ocorreu, acarretando inclusive tentativa de isolamento de companheiros, que se manifestaram contra a questão.

Lembramos ainda que as proposições contrárias apresentadas pelos CLGs de Bases nunca foram consideradas, porque nos parece que

se fechou um Bloco em torno da resolução da questão do chamado Fórum dos NS.

Nossa compreensão é que se o CNG/FASUBRA tivesse analisado tecnicamente as propostas das bases que apontavam aplicação dos recursos em piso, step e manutenção da interpolação constante entre as classes, constataria que os valores apresentados pelo governo (2,7 bilhões) seriam distribuídos de forma justa entre as classes e uma opção para atender ao princípio inicial da carreira que busca lutar por piso de 3 SM e step de 5%.

Uma das propostas iniciais previa resolução para todos que tiveram VBC, porém o encaminhamento final acabou resolvendo apenas os que ainda mantêm o VBC no contrato e todos os demais VBC absorvidos ficaram sem solução.

Em nenhum momento a DN/FASUBRA apresentou estudo do DIEESE que comprovasse que ocorreu perda salarial que justificasse a necessidade de beneficiar apenas uma das classes, bem como uma mudança de concepção da nossa carreira.

No CNG tivemos oportunidade de constatar que membros da DN/FASUBRA informaram que a luta por step de 5% era "utopia" e que a "linearidade nunca existiu". Portanto, no nosso entendimento esta avaliação é extremamente contraditória porque os mesmos defenderam a quebra da linearidade para resolver o problema do VBC. Logo podemos considerar que a categoria foi induzida a deliberar pela proposição que a própria DN nunca defendeu.

Por fim, estaremos nos somando com todos aqueles, independentemente do alinhamento político com as forças que compõem a FASUBRA, que nesta greve lutaram para manter o PCCTAE como uma opção dos trabalhadores das IFEs para buscarmos o PCU como nossa meta definitiva. E assim estaremos construindo um manifesto nacional para retomar os rumos da nossa carreira.

AValiação DA GREVE

Avaliamos que foi positiva a conquista de um aporte de recursos na ordem de 2,7 bilhões para o período 2008 a 2010, pois algumas catego-

rias que estiveram em greve não conseguiram conquista desta ordem. Entretanto, o preço desta vitória para o conjunto das universidades pode ser o retorno ao antigo plano (PUCRE), em que a concepção do Governo trata a Educação Formal como parâmetro para distribuição dos cargos nas classes, e assim corremos o risco da racionalização ser estabelecida com esta lógica e alguns cargos poderão sofrer um retrocesso.

Outra questão importante que avaliamos positivo foi a conquista dos recursos para auxílio-saúde já para o mês de nov/07, mesmo considerando o valor inicial abaixo do esperado. Entretanto, não podemos diminuir esta conquista da nossa greve, mas ao mesmo tempo ficar atento para que a execução desta proposta seja implementada de tal forma a contemplar o máximo da categoria, pois sua adesão será opcional e a categoria terá que complementar. Lembramos que os recursos não serão disponibilizados como benefício e a maioria encontra-se comprometida com sua margem de consignação.

PROPOSTA DO GOVERNO

Desde a eleição do Governo Lula o coletivo foi caracterizado como governistas pelo fato de muito de nós termos votado nele, porém esta greve

01 - Aprimoramento da Carreira

■ Resolução do VBC

■ Evolução da Tabela

■ Racionalização

■ Alteração do Anexo IV

02 - Recursos para o Plano de Saúde Suplementar

03 - Em defesa dos HUs: Contra o Modelo de Fundação Estatal Desdobramento do Aprimoramento de Carreira:

a) Piso de 3 salários mínimos e 5% de step.

b) Resolução do VBC

será histórica para nossa categoria, pois coube aos que se dizem opositores radicais ao Governo as defesas da sua proposta aqui na UFRJ. Não queremos afirmar que "és Governo e soy contra", mas que esta proposta apresentada tem uma concepção de carreira diferente do que lutamos desde 1994. Sendo assim fica uma dúvida para categoria que acompanhou a nossa assembleia de final de greve em que figuras históricas no nosso movimento se prestaram a este papel: Será que os opositores radicais ao governo lula estão pretendendo ampliar a base governista?

VITÓRIA DA BASE

Nem TRIBO, nem CSD e nem tampouco VAL esta greve foi uma vitória da base da categoria que apontou para a Direção do SINTUFRJ que o caminho deve ser sempre o que se constrói coletivamente. Sendo assim dedicamos este espaço ao companheiro Alberto Wagner Yunes da base do CCMN que de forma espontânea e responsável defendeu a rediscussão da deliberação que aprovou a proposta do governo mediante uma falsa informação da FASUBRA ao dizer que houve "unanimidade no CNG". Mantendo a coerência das deliberações tiradas em todas as assembleias durante este período de

greve, a base respondeu rejeitando esta mesma proposta que divide nossa categoria. Este companheiro também solicitou a participação da Direção da FASUBRA na nossa assembleia de avaliação da greve para justificar a não discussão da proposta da UFRJ que era a aplicação dos recursos em piso, step e interpolação constante entre as classes que foi fundamentada pelo nosso GT/Carreira-Sintufrj, assim como apontou também uma saída de greve diferente da encaminhada pela FASUBRA como forma de expressar a sua insatisfação.

NOTA DE ESCLARECIMENTO AOS MEMBROS DA CLASSE "E"

Aproveitamos este espaço para dialogar com os companheiros pertencentes a esta classe, pois temos conhecimento que existe um grupo interessado em denegrir a nossa imagem afirmando que somos contra os ganhos salariais para os mesmos. Neste sentido queremos reforçar a nossa posição que sempre defendemos a carreira e nunca a separação entre as classes. Por isso afirmamos que a distribuição de recursos através do aumento do piso, step e interpolação constante entre as classes resolveria as diferenças existentes.



MOBILIZAÇÃO. Companheiros da Tribo/UFRJ à frente em todos os atos desta greve – como nesta manifestação diante do Hospital Universitário. Ao lado, o companheiro Alberto Wagner Yunes, membro da base da categoria do CCMN

Somos TODOS Trabalhadores em Educação



A greve de 2007 nos traz a necessidade de uma séria reflexão sobre nossos objetivos, o que somos e o que desejamos ser, especialmente frente ao caminho que vem sendo trilhado na FASUBRA após a conquista do PCCTAE em 2005.

Daí este **Manifesto**, no qual a insatisfação e discordância com o encaminhamento adotado nesta greve estão expressas, visando iniciar um **Movimento em Defesa da Reconstrução da nossa Carreira**, brutalmente atacada, e recuperar o percurso na busca do Macro-Cargo Único e de valorização dos Trabalhadores em Educação. Este movimento estará aberto a todos aqueles que desejarem participar.

BREVE HISTÓRICO

Na década de 80, uma vanguarda sindical surgiu propondo-se como tarefa organizativa a construção da categoria dos servidores técnico-administrativos em **trabalhadores em educação**. Esta luta constituiu a nossa categoria em sujeitos plenos que passaram a influenciar nos destinos das universidades, embora, no plano institucional, sua inserção democrática pouco tenha avançado. As evidências desse processo são várias, mas as principais foram a elaboração de um **projeto de universidade, a construção do plano de carreira e, sem dúvida, o avanço mais significativo deste período: a constituição da identidade de trabalhadores em educação para a categoria**, balizadora das nossas decisões mais importantes.

O retrocesso democrático nas universidades na década de 90, principalmente no governo FHC, evidenciaram uma contradição fundamental nas IFES: há uma categoria de trabalhadores em educação que encontra nas suas instâncias poucas possibilidades de inserção como tal, com participação extremamente minoritária nos colegiados. A tentativa foi de ressubalternizar a categoria, através de atitudes simbólicas e/ou objetivas que impedem ou tornam mais difícil o desenvolvimento de uma carreira profícua na instituição, consoante ao projeto neoliberal para a universidade brasileira, baseado na individualização, em detrimento do coletivo; na concentração de poderes; na supressão da escolha

democrática dos dirigentes; na heterogeneidade de recursos entre as IFES e entre suas próprias unidades; na disputa fratricida pelos recursos escassos; na diferenciação do segmento docente como casta de excelência, entre outros. Portanto, a construção da identidade como trabalhadores em educação para o segmento técnico-administrativo enfrentava dificuldades importantes.

Em 1999, aprovamos o detalhamento de nosso projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores que, em sintonia com o debate de carreira, deram à categoria dos técnico-administrativos a instrumentalização e a clareza do que queríamos ser e onde chegar. A greve de 2001 foi fundamental nesse processo de virada, pois além das vitórias econômicas com a incorporação das gratificações obtivemos a mais importante de todas: o compromisso com nossa carreira dentro do governo.

A conquista, em 2004, do Plano de Carreira - PCCTAE - mesmo sem ser o idealizado ao longo de dez anos, representou um enorme avanço. A identificação como trabalhadores em educação, o desenvolvimento da carreira vinculado à capacitação e à avaliação das metas institucionais; a matriz salarial única e linear; a constituição da comissão no âmbito do MEC, e não no do MPOG, são claramente a institucionalização legal de nossa identidade como trabalhadores em educação. **A busca pelo aperfeiçoamento e implementação deste plano, especialmente no seu aspecto de desenvolvimento, se consubstancia na afirmação desta identidade e na garantia de nossa posição de sujeitos no espaço universitário.** No entanto, restaram dois limites fundamentais no PCCTAE que precisavam ser superados - os valores de piso, teto e percentual do step, e a impossibilidade de progressão de um cargo para outro, pela alegada inconstitucionalidade. E, embora houvesse consenso no reconhecimento dos limites, consolidaram-se propostas de soluções diferentes, com objetivos e concepções que foram mostrando-se muito distantes dos historicamente construídos.

AVALIAÇÃO

Portanto, é desolador o momento vivido a partir de 2005, assistindo alguns



companheiros(as) que, na busca por mais recursos para a evolução na tabela, abraçaram propostas que desconstituem o nosso projeto; que reduziram a luta pela carreira a uma mera questão de tabela salarial; que deixaram brechas para a argumentação de equiparação salarial com o mercado, desconsiderando nossa luta histórica de afirmação de trabalhadores em educação e servidores do público; que fizeram o questionamento sobre a relação do fazer e do saber, com primazia exclusiva do saber formal, em detrimento do saber não formal, fruto da atuação profissional, trazendo conceitos liberais que permitem o tratamento desigual de uma categoria que vem lutando pela sua identidade.

Infelizmente, consolidou-se no interior da FASUBRA uma posição de Plenária que aprovou a quebra da linearidade da tabela, distanciando os técnico-administrativos do Nível E dos demais, caminho mais fácil e menos dispendioso para o Governo, para solucionar o piso, step e teto baixos. Isso facilitou para o Governo a quebra de nossa concepção, expressa na matriz salarial linear, como única referência diferenciada no serviço público. O equívoco de antecipar para o Governo a possibilidade da quebra da linearidade, no início da greve, nos levou a dar um grande e, talvez, irremediável passo atrás, nos colocando na rota de adequação ao modelo dos demais servidores, com tabelas desvinculadas umas das outras, step diferenciado e cargos classificados apenas

pela escolaridade exigida para ingresso.

Face ao exposto, nos manifestamos contrariamente aos rumos apontados desde 2005, que aos poucos foram destruindo todo um patrimônio e acúmulo de elaboração coletiva, e contra o completo abandono das conquistas do PCCTAE, cuja concepção foi atacada, e a implantação dos programas de capacitação, de avaliação e dimensionamento da carreira sequer foram objetos de pressão, desaparecendo da pauta de reivindicações. Fatos que intensificaram um processo de divisão que poderá trazer no futuro próximos prejuízos irreparáveis, se nada fizermos.

Conscientes do período difícil que enfrentaremos, com debates sobre as Diretrizes de Planos de Carreira, o Projeto de Fundação Estatal de direito privado e o PLP01/07, que limita gastos com pessoal, **é que chamamos toda a categoria e forças políticas organizadas na FASUBRA para reconstruir nossa concepção de carreira de técnico-administrativo em educação, recuperar o passo atrás ora dado, enfrentar a visão do Governo, explicitada durante essa greve e, com o olhar posto na conjuntura, resgatar como centro de nossa luta: a ascensão funcional; a isonomia com aumento de piso, step e teto; carreiras no serviço público, em todas as áreas, organizadas por atividade finalística; o retorno da linearidade e da concepção de macro cargo, com o retorno de cargos extintos em forma de especialidades com atribuições mais abrangentes.**

Assinem este manifesto os companheiros(as) militantes e simpatizantes da CSD (CUT Socialista e Democrática) na UFRJ

Neuza Luzia Pinto (Medicina-UFRJ/ CUT-RJ); Ana Maria Ribeiro (IDT/ SINTUFRJ); Nilce Correa (NUTES/SINTUFRJ); Vera Barradas (IPPUR/SINTUFRJ); Jefferson Salazar (F. Arquitetura/SINTUFRJ); Dercival Oliveira Assis (HUCFF/SINTUFRJ); Huascar da Costa Filho (Esc. Politécnica UFRJ/SINTUFRJ); Marco Aurelio Schieti-Lelo (PR-5/UFRJ); Chantal Russi (SIBI/UFRJ); Petronila Costa Diniz (Aposentada/UFRJ); Jorge Luiz Ignácio (NPPN/SINTUFRJ); Maury Cantalice (HUCFF/UFRJ); Sergio Guedes (NCE/UFRJ); Maria José Barcelos (Aposentada/UFRJ); Valeria Baptista (Editora/UFRJ); Soraya Rodrigues (Inst Química/UFRJ); Monica de Carvalho e Silva (NCE/UFRJ); Fernanda Ribeiro (Editora /UFRJ); Julio Dias (Editora/ UFRJ); Valeria Reis (FND/ UFRJ)

UFRJ EM XEQUE

Reitoria apresenta suas contas

Se todas as universidades públicas optarem pelo Reuni, quanto caberá de recursos a cada uma delas? E qual será a parte da UFRJ nesse bolo? O reitor Aloísio Teixeira, que é economista, fez esta simulação matemática e apresentou os resultados obtidos na sessão

de 13 de setembro do Conselho Universitário. De acordo com suas contas, o limite de acréscimo anual calculado sobre o Orçamento deste ano com despesas de pessoal e outros custeios será assim distribuído entre as instituições a partir de 2008 até 2012:

LIMITE DE ACRÉSCIMO ANUAL (SOBRE O ORÇAMENTO DE 2007) EM DESPESAS DE PESSOAL E OUTROS CUSTEIOS					
	2008	2009	2010	2011	2012
TOTAL	174.157.480,00	564.246.820,00	975.706.820,00	1.445.706.820,00	1.970.205.280,00
UFRJ	16.875.989,00*	52.243.403,00	89.530.216,00	134.338.117,00	179.641.961,00

*A parcela de 2008 já integrará o orçamento da UFRJ, ficando sua liberação condicionada ao cumprimento das metas apresentadas pela Universidade.

Com aumento do quadro de pessoal

- Aumento de 20% no quadro docente: R\$ 55.000,00 X 700 = R\$ 38.500.000,00. Ou seja: R\$ 55 mil é quanto custa para a UFRJ, anualmente, um professor cujo valor do salário médio é R\$ 4,5 mil; já 700 equivaleria a 20% do total dos docentes (cerca de 3.500) existente hoje na Universidade.

vel superior): R\$ 19.000,00 X 800 = R\$ 15.200.000,00.

- Aumento no quadro TANM (técnico-administrativo de nível médio): R\$ 16.000,00 X 800 = R\$ 12.800.000,00.

- Aumento total em despesas de pessoal: R\$ 66.500.000,00.

- A mesma lógica se aplica aos cálculos feitos em relação aos técnicos-administrativos (nível superior e médio). Veja a seguir:

- Saldo para outros custeios: R\$ 113.141.961,00.

- Orçamento de 2007 para outros custeios: R\$ 89.431.674,00.

- Para exemplificar: simulando o aumento no quadro TANM (técnico-administrativo de nível superior): R\$ 19.000,00 X 800 = R\$ 15.200.000,00.

- Orçamento projetado em 2012 para outros custeios = R\$ 202.573.635,00.

Calendário das próximas reuniões

DIA	HORA	LOCAL	EVENTO
24/9	18h30	Salão Nobre na Faculdade Nacional de Direito / Rua Moncorvo Filho, Centro	AUDIÊNCIA PÚBLICA CENTRO
25/9	10h	Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) / Campus da Ilha do Fundão	AUDIÊNCIA PÚBLICA CIDADE UNIVERSITÁRIA
25/9	17h	Escola de Serviço Social / Auditório	Debate PRE-UFRJ / Escola de Serviço Social
26/9	10h	Auditório Bloco A – Centro de Tecnologia (CT) / Campus da Ilha do Fundão	AUDIÊNCIA PÚBLICA CIDADE UNIVERSITÁRIA
28/9	10h	Salão Pedro Calmon / Campus da Praia Vermelha	AUDIÊNCIA PÚBLICA PRAIA VERMELHA

Notas >>>

Reuniões de GTs

Quarta-feira, os GTs Anti-Racismo e Saúde realizam suas reuniões. A do GT Anti-Racismo será às 10h, na subseção do HU. Em pauta: GT Itinerante e Encontro Nacional de Técnicos-

administrativos Negros da Fabsubra. A reunião do GT-Saúde será às 14h, também na subseção do HU. Na pauta: Saúde Suplementar e Fundação Estatal de Direito Privado.

Ética em Pesquisa

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, entidade integrante do Conselho Nacional de Saúde, reuniu em São Paulo cerca de 680 integrantes de comitês de diversos estados do Brasil para discutir melhorias no sistema de avaliação das pesquisas que envolvem a participação de seres humanos. Os comitês do Iesc, do IPPMG e do Instituto de Psiquiatria marcarão presença.

determinou a existência dos Comitês de Ética nas instituições, para melhor controle das pesquisas com seres humanos. O 2º Encep discutiu propostas para melhoria do sistema de avaliação dos processos encaminhados aos comitês locais, forma de sustentação desses comitês pelas instituições e reafirmou, para a 13ª Conferência Nacional de Saúde, em novembro, em Brasília, a defesa e a melhoria do SUS.

O 2º Encontro Nacional dos Comitês de Ética em Pesquisa contou com a presença da presidente da Conep, a enfermeira Giselle Saddy Tannous, e do presidente do CNS, o farmacêutico Francisco Batista Júnior. Diferente de gestões anteriores, pela primeira vez essas duas entidades são dirigidas por profissionais de saúde em vez de representantes de gestores. Esse fato foi determinante para garantir a proporção de 50% de participação do segmento de usuários e para garantir que acontecesse esse segundo encontro, sete anos após o primeiro.

O Encontro evidenciou disparidades entre os mais de 500 CEPs registrados na CONEP. Desde Estados em que existe somente um comitê, até o caso do RJ, em que só na UFRJ existem cinco. Casos em que universidades particulares dão todo o apoio de infraestrutura, até o caso de universidades públicas, onde a maior parte das pesquisas são realizadas, não dão apoio nenhum. O objetivo é conquistar a orçamentação, de modo a manter a autonomia dos pareceres, sem sofrer influências do poder econômico de empresas ou organismos de pesquisa, interessados no resultado dos pareceres.

A Resolução nº 186/96 do CNS

A Comissão de Enquadramento

A Comissão de Enquadramento divulga a lista dos servidores que fazem parte do segundo prazo de adesão ao plano para entrega de certificados para titulação. Estes servidores

deverão entrar em contato pelos telefones institucionais 9802-4127 (Roberto) e 9803-0485 (Nivaldo) para agendar data, horário e local para a entrega de documentos.

Matrícula Siape	Nome do Servidor
0362187	Adão dos Santos
0360802	Afrânio Lineu Kritski
0367141	Alaide Magalhães de Souza
0364308	Aluizio de Azevedo Sodre
0360625	Arnaldo Dias dos Santos
0367912	Benedita Maria das Dores
0640491	Cecília Gerseles da Conceição
0375116	Elenita da Silva Lopes
1278326	Fernando de Souza Afonso
0369320	Francisco Nonato Nunes
0369600	Helena de Carvalho Martins
0361274	Jasub Manhaes Rodrigues
0366292	João Barbosa
0365523	João Pereira
0364952	José João da Silva
0360714	José Moraes
0364268	José Raimundo Coutinho de Carvalho
0362980	Luzia Costa Moitinho
0371489	Manoel Pereira Santiago
0375773	Maria da Anunciação Soeira de Mello
0022800	Maria Dantas de Jesus
0361814	Maria das Dores Silva Figueiredo
0377385	Maria de Fátima Victor da Silva
0374856	Maria Helena da Silva
0371982	Maria Helena de Lima
0372431	Marta Madalena Soares
0372529	Milton do Carmo
0361453	Misael Gerson Galvão
6372925	Norma Dora Mandarino
0363448	Otto de Santiago
0361944	Virginia Correa de Andrade

Jurídico

O Jurídico informa que, em virtude da greve dos servidores da Justiça Estadual, os trabalhos no Tribunal de Justiça tramitam de forma lenta, prejudicando o acompanhamento dos processos pelos advogados do Sindicato.

Cursos

Os interessados nos cursos oferecidos pela Codep — confira a relação na edição 784 do Jornal do SINTUFRJ — devem se dirigir à sala 822 do prédio da Reitoria.

Informações: 2598-1814/2598-1845 e 2598-1846, ou pelo e-mail: codep@sr4.ufrj.br.

Aborto seguro

A UNE lança dia 27, às 17h, no Salão Pedro Calmon, campus da Praia Vermelha, a campanha "Aborto seguro e legal é direito das mulheres". O evento reunirá os principais dirigentes da entidade e o reitor da UFRJ Aloísio Teixeira.

Futebol

Na sexta-feira, 28, tem jogo amistoso entre as equipes CCS X HU. Será às 16h no Campo A da Prefeitura Universitária. Os atletas agradecem ao time da Prefeitura que gentilmente cedeu o horário.

No sábado, 29 de setembro, haverá jogo entre as equipes Unisouza-PR-4 x Cruzeiro de Realengo. É a disputa do campeonato da FERJ e será no Campo A da Prefeitura, no Fundão, às 13h, para a categoria juniores; e às 15h, para a categoria amador.

Convênio com a Caurj vai ser discutido em seminário

PR-4 disponibilizará pela internet e em papel impresso formulário com perguntas básicas que ajudarão na elaboração de uma proposta de plano de saúde

Coordenadores do SINTUFRJ participaram na terça-feira, 18, da terceira reunião promovida pela Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) com o grupo de trabalho constituído para formalizar o convênio entre a UFRJ e a Caixa de Assistência Universitária do Rio de Janeiro (Caurj), que irá operar o plano de saúde dos funcionários pelo sistema de autogestão.

Por iniciativa dos dirigentes sindicais foi acertada na reunião a realização de um seminário, em outubro, organizado pelo Sindicato, para que a PR-4 e a Caurj esclareçam as dúvidas dos trabalhadores sobre o convênio a ser firmado, pelo qual a UFRJ implantará a assistência de saúde suplementar. Uma conquista da categoria garantida no acordo assinado com o governo que pôs fim à greve.

O questionário

O seminário está previsto para depois do dia 24 de outubro, pois até lá, tanto os técnicos-administrativos como os docentes já ter-

rão respondido ao questionário que a PR-4 disponibilizará pela internet e em papel impresso nas seções de Pessoal das unidades. O formulário contém perguntas básicas que ajudarão na elaboração de uma proposta de plano de saúde. O superintendente de Pessoal, Roberto Gambine, se comprometeu, ainda, a instalar links na página da PR-4 para acesso direto da categoria à portaria do Ministério do Planejamento que estabelece as normas para a assistência à saúde suplementar, como também disponibilizar telefones de pessoas para esclarecer dúvidas.

Ele também se comprometeu a ir com representantes da Caurj ao Ministério do Planejamento para esclarecer se é mesmo obrigatório o cumprimento de alguns itens constantes da portaria ou se há negociação. "A portaria vai além do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde (ANS). Ela inclui, por exemplo, tratamento psicológico, dentário e transplante de coração. Temos que negociar e verificar se isso é mesmo obrigatório, porque onera muito o custo de um plano com um aporte de R\$ 42,00", questionou o presidente da Caurj, Luiz Pestana.

Dúvidas

A intenção do SINTUFRJ com a realização do seminário é esclarecer dúvidas e agilizar o processo de implantação do plano. "A comunidade precisa saber o que é o sistema de autogestão. A maioria não sabe e por isso o medo de migrar de plano. A Fasubra escolheu essa modalidade entre as cinco oferecidas, porque temos participação no Conselho Deliberativo. A Caurj tem que apresentar no seminário uma projeção de valores sobre o plano, sua abrangência e a rede credenciada", falou na reunião a coordenadora de Políticas Sociais do Sindicato, Noemi Andrade, acrescentando: "Com R\$ 42,00 e uma portaria tão abrangente é para não atender nada, mas temos que trabalhar para que haja o máximo de adesões a esse plano e considerá-lo como benefício e não como assistência, porque muitos trabalhadores não podem pagar plano algum ou têm planos de bairros."

Segundo o coordenador-geral do SINTUFRJ, Francisco de Assis, a maior preocupação da entidade é saber as condições do plano que a Caurj vai oferecer. "Qual é

a proposta? A tabela? Como está sendo vista a questão da faixa etária? Porque R\$ 42,00 é apenas uma ajuda", afirmou. Outro problema que levantou e que es-

pera seja esclarecido no seminário é em relação à resistência da categoria à Caurj, por desconhecer sua origem dentro da UFRJ.

Prazo curto

A maior preocupação do superintendente de Pessoal é em relação ao prazo para fechar uma proposta com a Caurj, levá-la ao reitor e depois à comunidade. Gambine informou que o Ministério do Planejamento enviou por e-mail uma sugestão de modelo de convênio para as universidades.

Disse ainda que a Caurj atende a todos os requisitos da portaria, portanto, falta apenas definir a proposta de convênio. "A pior coisa é o governo mandar o dinheiro e a gente não estar preparado para implantar o benefício. Por isso, paralelo à definição da proposta de convênio, a categoria vai dando sua opinião", sugeriu, mas contando com a realização do seminário do SINTUFRJ para arrematar a questão.

Embora preocupados com a abrangência da portaria, os representantes da Caurj acreditam que é possível oferecer uma boa proposta para os trabalhadores. Chegaram a falar em criar uma clínica de atendimento dentro do campus do Fundão. "Feito o convênio, os serviços vão sendo implantados em até dois anos. Porque quem decide somos nós, os associados. Essa é a grande vantagem da autogestão. Um plano de custeio não é só um plano de saúde, mas um suporte para atender às necessidades da instituição e da comunidade. Se a pessoa não tem condições para ter um plano de saúde, contará pelo menos com um atendimento mínimo", disse Flávio Fonseca Nobre, ex-presidente da Caurj e professor do Programa de Engenharia Biomédica da Coppe.

BRASIL

No Rio, 130 mil querem a Vale de volta

A resposta da população do Estado do Rio de Janeiro foi um sonoro não à continuidade da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nas mãos do capital privado. De 137.472 consultados no plebiscito popular sobre a anulação do leilão da Vale que durou nove dias, 129.872 manifestaram que a companhia deva retornar para as mãos do Estado brasileiro.

No dia 25 de setembro o resultado nacional será entregue aos Três Poderes da República. Neste dia haverá grandes manifestações de rua no Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Pará. No Rio, está marcado para as 11h, em frente à sede da CVRD no centro da cidade.

A Vale – uma das maiores empresas de mineração do mundo, construída com recursos do povo brasileiro – foi praticamente doada, num processo cheio de irregularidades, a capitalistas nacionais e internacionais no governo FHC.

A campanha é nacional e

envolve mais de 60 organizações (CUT, Conlutas, MST, movimento popular, igreja, etc.), e traz em si debates de plebiscitos anteriores, como a problemática dos juros da dívida pública (externa e interna), assim como acrescenta temas como tarifa de energia e reforma da Previdência. Foram 81.170 votos contra o pagamento dos juros; 83.880 contra a exploração do capital privado em que o povo paga oito vezes mais que as empresas; e 83.106 contra a reforma da Previdência.

Por um projeto popular

O dirigente do MST, Leo Hava, afirmou: "O objetivo foi o de mobilizar para a nulidade do leilão e levar o debate sobre questões importantes. A população disse não a esse modelo neoliberal, e o objetivo é pressionar para um novo projeto popular para o Brasil que atenda aos interesses do povo. O plebiscito é feito para mostrar o que ele pensa, quer e deve ser consultado. É um processo que vem sendo

construído em conjunto pelos movimentos."

"O resultado mostra que o plebiscito envolveu os sindicatos e trabalhadores e que está aberto o debate para rediscu-

tir o processo de privatização da Vale. Mostra também que os grandes temas de interesse do país devem ser submetidos a consulta popular. A resposta é a de que a Vale tem

que ser pública e devolvida para o seu real dono, o povo, pois é patrimônio brasileiro", avaliou o secretário de Imprensa da CUT-Rio, Marcelo Azevedo.

Foto: Niko Júnior



MOBILIZAÇÃO. Manifestação diante da sede da Vale do Rio Doce no Centro do Rio